



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

REQUERIMENTO
08.04.2025

REQUERIMENTO N° 365 /2025.

ASSUNTO: CONTRATOS EMERGENCIAIS CELEBRADOS PELO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2025

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,

A vereadora infra-assinada, na forma regimental, ouvida a Casa, requer que Vossa Excelência, com o devido respeito, encaminhe expediente ao Executivo Municipal, com requerimento de informações acerca das contratações diretas realizadas com fundamento na hipótese de dispensa de licitação por emergência ou calamidade pública no exercício de 2025. Diante da natureza excepcional dessas contratações e da necessidade de assegurar sua estrita legalidade, solicita-se resposta às seguintes indagações:

1. Quantos contratos administrativos foram celebrados pelo Município de Conselheiro Lafaiete no exercício de 2025 com base em dispensa de licitação por situação de emergência ou calamidade pública? Encaminhar relação discriminada de todos eles.
2. Para cada contrato emergencial celebrado:
 - Qual o número do contrato?
 - Qual o objeto contratado?
 - Qual o valor total?
 - Qual a data de celebração e o prazo de vigência?
 - Qual a empresa contratada, com nome completo e CNPJ?
 - Qual foi a justificativa específica utilizada para a dispensa de licitação?
3. Encaminhar cópia integral dos processos administrativos que instruíram cada uma das dispensas de licitação, contendo:
 - Relatórios técnicos;
 - Justificativas de urgência;
 - Pareceres jurídicos;
 - Provas documentais da situação emergencial;
 - Pesquisas de preços e comparativos de mercado.
4. Encaminhar cópia integral dos contratos firmados e de seus eventuais aditivos.
5. Houve fiscalização formalmente designada para o acompanhamento da execução dos contratos? Em caso afirmativo, encaminhar nome, cargo e portaria de designação dos responsáveis.

Adélia



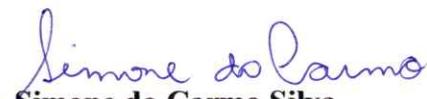
Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

6. Qual o estágio atual de execução de cada contrato? Esclarecer se foram concluídos, ainda estão em vigor ou rescindidos antecipadamente.
7. Houve pagamentos parciais ou totais em cada contrato? Encaminhar cópia das ordens de pagamento, medições e documentos fiscais correspondentes.
8. O Município realizou controle interno ou auditoria sobre a legalidade e a execução desses contratos? Encaminhar relatórios ou manifestações da Controladoria Geral do Município ou órgão equivalente.
9. Algum desses contratos contou com recursos oriundos de repasses federais ou estaduais? Se sim, identificar a origem dos recursos, instrumentos de transferência (convênios, portarias, termos de fomento etc.) e valores recebidos.
10. Há previsão orçamentária específica para atender às despesas decorrentes dessas contratações? Detalhar os programas e ações orçamentárias utilizadas para empenho e pagamento dos contratos emergenciais.

Requeiro, ainda, seja encaminhada cópia dos documentos normativos e administrativos que regulamentam tais ações, bem como eventuais estudos técnicos, pareceres ou notas explicativas que embasaram a adoção dos procedimentos de dispensa no exercício de 2025.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2.025.


Simone do Carmo Silva
Vereadora